

A FORMAÇÃO INICIAL EM SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: experiências e aprendizagens em uma comunidade tradicional de matriz africana

Yamília de Paula Siqueira¹

Antônio Cezar de Almeida Portugal²

Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira experiências formativas, como a visita de campo a uma comunidade tradicional de matriz africana, podem contribuir para ampliar os conhecimentos de futuros professores de Sociologia, especialmente no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais e ao enfrentamento do racismo religioso no contexto escolar. A pesquisa foi realizada no âmbito do Curso de Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/Ufes) em parceria com o Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGMPE/Ufes). A abordagem metodológica adotada é qualitativa, com inspiração etnográfica, e utilizou como procedimentos a observação participante, diário de campo e entrevistas com licenciandos do curso de Ciências Sociais participantes do Programa Residência Pedagógica. Os resultados indicam que a visita ao terreiro contribuiu significativamente para a desconstrução de estigmas associados às religiões afro-brasileiras, promovendo a ampliação do repertório cultural dos cursistas e o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas. Conclui-se que vivências formativas desse tipo são fundamentais para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e para a construção de uma escola comprometida com a valorização da diversidade religiosa.

Palavras-chave: Formação docente; Relações étnico-raciais; Racismo religioso; Educação antirracista; Ensino de Sociologia.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Ufes. Graduada em Ciências Sociais pela Ufes. CV: <http://lattes.cnpq.br/5293486856070177> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7853-0090> E-mail: yamilia.siqueira@gmail.com

² Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Graduado em Ciências Sociais pela Ufes. CV: <http://lattes.cnpq.br/6865391260565325> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9720-6236> E-mail: antoniocezarportugal@gmail.com

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em Ensino de Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Graduada em Ciências Sociais pela Ufes. CV: <http://lattes.cnpq.br/9320994435530659> E-mail: larissafma@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1568-6370>

INITIAL TRAINING IN SOCIOLOGY AND EDUCATION ON ETHNIC-RACIAL RELATIONS: experiences and learning in a traditional community of African origin

Abstract

This article aims to analyze how formative experiences, such as a field visit to a traditional community of African origin, can contribute to expanding the knowledge of future Sociology teachers, especially with regard to the education of ethnic-racial relations and the confrontation of religious racism in the school context. The research was carried out within the scope of the Training Course in Education of Ethnic-Racial Relations, promoted by the Center for Afro-Brazilian Studies of the Federal University of Espírito Santo (NEAB/UFES) in partnership with the Professional Graduate Program in Education (PPGMPE/UFES). The methodological approach adopted is qualitative, with ethnographic inspiration, and used as procedures participant observation, field diary and interviews with undergraduate students of the Social Sciences course participating in the Pedagogical Residency Program. The results indicate that the visit to the terreiro contributed significantly to the deconstruction of stigmas associated with Afro-Brazilian religions, promoting the expansion of the cultural repertoire of the students and the strengthening of anti-racist pedagogical practices. It is concluded that formative experiences of this type are fundamental for the implementation of Law No. 10.639/2003 and for the construction of a school committed to the appreciation of religious diversity.

Keywords: Teacher training; Ethnic-racial relations; Religious racism; Anti-racist education; Teaching of Sociology.

FORMACIÓN INICIAL EN SOCIOLOGÍA Y EDUCACIÓN SOBRE RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: experiencias y aprendizajes en una comunidad tradicional de origen africano

Resumen

Este artículo pretende analizar cómo experiencias formativas, como una visita de campo a una comunidad tradicional de origen africano, pueden contribuir a ampliar los conocimientos de los futuros profesores de Sociología, especialmente en lo que respecta a la educación de las relaciones étnico-raciales y el enfrentamiento del racismo religioso en el contexto escolar. La investigación se realizó en el marco del Curso de Formación en Educación de las Relaciones Étnico-raciales, promovido por el Centro de Estudios Afrobrasileños de la Universidad Federal de Espírito Santo (NEAB/UFES), en colaboración con el Programa de Posgrado Profesional en Educación (PPGMPE/UFES). El enfoque

metodológico adoptado es cualitativo, de inspiración etnográfica, y se utilizaron como procedimientos la observación participante, el diario de campo y las entrevistas con estudiantes de grado de Ciencias Sociales que participan en el Programa de Residencia Pedagógica. Los resultados indican que la visita al terreiro contribuyó significativamente a la deconstrucción de los estigmas asociados a las religiones afrobrasileñas, promoviendo la expansión del repertorio cultural del alumnado y el fortalecimiento de prácticas pedagógicas antirracistas. Se concluye que experiencias formativas de este tipo son fundamentales para la implementación de la Ley nº 10.639/2003 y para la construcción de una escuela comprometida con la valorización de la diversidad religiosa.

Palabras clave: Formación del profesorado; Relaciones étnico-raciales; Racismo religioso; Educación antirracista; Enseñanza de la sociología.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar de que maneira experiências formativas, como a visita de campo a uma comunidade tradicional de matriz africana, podem contribuir para ampliar os conhecimentos de futuros professores de Sociologia sobre a educação das relações étnico-raciais e as religiões afro-brasileiras, colaborando para o enfrentamento do racismo religioso no ambiente escolar. A proposta parte do entendimento de que vivências concretas em espaços historicamente marginalizados podem potencializar uma formação docente mais crítica, sensível à diversidade e comprometida com a construção de uma escola antirracista.

A visita foi realizada no âmbito do Curso de Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais, desenvolvido em parceria entre o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/Ufes) e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE/Ufes)⁴. A iniciativa teve como propósito contribuir para a implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003 nas redes públicas e privadas de ensino, com ênfase na valorização

⁴ O Curso de Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais foi elaborado como produto educacional do Mestrado Profissional em Educação (PPGPE/Ufes), por meio da parceria entre três mestrandas, duas professoras doutoras do programa e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/Ufes). Atendeu a uma demanda do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e de municípios capixabas, com carga horária de 120h. Participaram gestores, professores, técnicos do MPES, ativistas e estudantes de Ciências Sociais da Ufes, com o objetivo de contribuir para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e o enfrentamento do racismo.

e no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004).

O foco desta pesquisa voltou-se para os residentes pedagógicos, participantes do Programa de Residência Pedagógica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFES. A formação foi concebida para atender à proposta do NEAB/UFES, em parceria com o Ministério Público do Espírito Santo (MP/ES), que havia demandado a realização do curso juntamente com as secretarias municipais de educação de Anchieta, Cariacica, Piúma, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. Toda a proposta formativa foi planejada e estruturada para um público composto por gestores escolares, professores, técnicos da educação básica, funcionários do MP/ES, ativistas, militantes universitários comprometidos com o diálogo e o enfrentamento ao racismo na sociedade, além dos estudantes residentes, acompanhados por nós nas diferentes etapas da pesquisa e no desenvolvimento do curso.

Em relação à disciplina atrelada à formação inicial dos residentes pedagógicos, é importante ressaltar que apesar de sua obrigatoriedade recente no ensino médio, a Sociologia tem desempenhado um papel importante na construção do pensamento crítico e na ampliação dos debates sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar. Por meio das Ciências Sociais, emergem reflexões que questionam as desigualdades raciais historicamente naturalizadas e silenciam saberes afro-brasileiros e indígenas (Oliveira, 2014). No entanto, essa potencialidade encontra limites em um currículo ainda marcado por padrões eurocentrados, que muitas vezes ignoram as vivências e identidades dos estudantes.

Desse modo, o ensino de Sociologia é convocado a enfrentar desafios tanto em sua abordagem pedagógica quanto na formação docente, demandando práticas que promovam a valorização da diversidade, o enfrentamento ao racismo e a construção de uma educação mais inclusiva e plural. Nesse processo, é fundamental que a disciplina assuma o compromisso de combater o racismo religioso, promovendo o respeito às religiões de matriz africana e desconstruindo estigmas que ainda persistem no ambiente escolar.

A metodologia adotada tem como base uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, orientada por uma perspectiva antropológica sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar. A pesquisa foi desenvolvida com

bolsistas do Programa Residência Pedagógica de Sociologia, com foco na formação inicial de professores e nas experiências vivenciadas no Curso de Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos a observação participante, anotações em diário de campo, entrevistas e conversas informais com os licenciandos residentes. A observação participante, conforme aponta Clifford (2008, p. 20), implica um envolvimento direto e sensível com a realidade investigada, demandando “[...] aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um ‘desarranjo’ das expectativas pessoais e culturais”.

Em consonância com essa abordagem, foi realizada uma visita de campo a uma comunidade tradicional de matriz africana, que congrega práticas religiosas da Umbanda e do Candomblé. Essa experiência formativa foi pensada como uma ação pedagógica antirracista e teve como propósito proporcionar aos licenciandos e demais cursistas envolvidos na formação uma imersão em espaços de resistência cultural e religiosa, frequentemente estigmatizados pelo racismo religioso.

A visita buscou articular teoria e prática, ampliando as possibilidades de compreensão e intervenção dos futuros docentes frente às dinâmicas de exclusão presentes no ambiente escolar. Inspirada na tradição etnográfica clássica, como descrita por Malinowski (1973, p. 24), a pesquisa visou compreender a “constituição social” dos espaços investigados, identificando normas, valores e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas cotidianas. Essa abordagem permitiu reunir narrativas, percepções e experiências que contribuíram para a análise dos desafios e potencialidades do ensino de Sociologia comprometido com a educação das relações étnico-raciais.

O diário de campo foi um instrumento central para o registro sistemático das experiências vividas ao longo da formação. Nele, foram documentadas observações, reflexões e relatos de situações significativas, conforme propõe Geertz (2008, p. 11), ao afirmar que a prática etnográfica se constitui no “estabelecimento de relações, seleção de informantes, transcrição de textos, levantamento de genealogias, mapeamento de campos, manutenção de diário, e assim por diante”.

A partir do deliniamento metodológico a nossa preocupação foi o de compreender os efeitos formativos da vivência no terreiro e as possibilidades de

construção de práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo religioso, os terreiros de religiões afro-brasileiras, na relação análoga aos quilombos, compartilham uma função social e política fundamental na preservação das tradições ancestrais, atuando como espaços de resistência e valorização das identidades. A partir dessas experiências, o artigo propõe uma reflexão sobre a formação de professores e de licenciandos do curso de Ciências Sociais comprometidos com uma educação antirracista e plural.

A FORMAÇÃO INICIAL EM SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O surgimento da Sociologia está historicamente vinculado às profundas transformações que marcaram o declínio da sociedade feudal e a consolidação do capitalismo industrial. Desenvolvida no contexto do mundo moderno, essa ciência buscou conferir uma autoconsciência crítica à realidade social, emergindo como resposta às mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais desencadeadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial no século XVIII.

Essas transformações marcaram a consolidação da sociedade moderna e a expansão do processo de industrialização na Europa, repercutindo na organização das relações sociais e na produção de saberes científicos sobre a vida em sociedade. No Brasil, entretanto, a trajetória da disciplina de Sociologia no Ensino Médio foi marcada por instabilidade, permeada por avanços e retrocessos. Desde o final do século XIX, a Sociologia tem sido mobilizada tanto como instrumento de reflexão crítica quanto como ferramenta de construção de uma identidade nacional, especialmente nos contextos pós-abolição e republicano (Oliveira; Ferreira, 2016).

Como destaca Santos (2011), a presença da Sociologia no currículo brasileiro acompanha momentos de intensas transformações sociais, pois “[...] toda mudança demanda uma nova reflexão do meio e a Sociologia sempre ‘surgiu’ com essa missão de interpretar e pensar as novas configurações sociais” (Santos, 2011, p. 53). Essa característica explica, em parte, a sua baixa institucionalização em comparação a outras disciplinas escolares mais consolidadas.

A trajetória da inserção da Sociologia nas escolas brasileiras pode ser organizada em diferentes períodos históricos, conforme aponta Rêses (2007), os quais refletem distintas conjunturas políticas do país. Entre 1925 e 1942, a Sociologia era uma disciplina obrigatória e regular, voltada majoritariamente à formação das elites. De 1942 a 1981, durante os regimes autoritários, foi retirada dos currículos, sendo associada ao comunismo. No período de 1982 a 1996, com a redemocratização, iniciou-se uma mobilização pela sua reinserção como componente optativo. Entre 1996 e 1998, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Sociologia passou a ser reconhecida como um saber necessário ao exercício da cidadania, embora ainda sem status de disciplina. De 1996 a 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o projeto de obrigatoriedade da disciplina. Finalmente, entre 2002 e 2007, ocorreu a revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a aprovação da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio.

A consolidação da obrigatoriedade ocorreu a partir do parecer CNE/CEB nº 38/2006, que, com base na proposta de 2003, recomendava a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia como obrigatórias na formação humanística dos estudantes do ensino médio. Segundo Oliveira e Ferreira (2016), o parecer destaca “[...] a importância e o valor da Filosofia e da Sociologia para o processo educacional consistente e de qualidade na formação humanística de jovens que se deseja sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas” (Oliveira; Ferreira, 2016, p. 47).

De acordo com Silva (2007), esse parecer foi fruto de intensos debates conduzidos por entidades científicas e sindicais ligadas ao campo da Sociologia e da Filosofia, culminando em sua aprovação unânime no dia 7 de julho de 2006. A obrigatoriedade foi finalmente estabelecida com a promulgação da Lei nº 11.684/2008, que alterou o Art. 36 da LDB e incluiu a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio (Brasil, 2008).

Contudo, essa conquista foi novamente ameaçada com a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, que, ao modificar a estrutura curricular, deixou de assegurar a obrigatoriedade da Sociologia como disciplina, transferindo sua presença para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de forma flexível e transversal. Como aponta Ferretti (2018), o texto legal determina que a BNCC deverá incluir “estudos e práticas” dessas áreas, o que

não garante sua efetiva presença como componente curricular, podendo ocorrer por meio de projetos ou inserções interdisciplinares (Ferretti, 2018, p. 30).

As aulas de Sociologia no Ensino Médio podem ser desenvolvidas a partir de uma diversidade de abordagens didático-metodológicas. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Sociologia (OCEM-Sociologia) recomendam estratégias que vão além da exposição oral, como seminários, visitas técnicas, excursões, uso de filmes, fotografias, músicas, textos literários, charges, cartuns, entre outros recursos, com o objetivo de tornar o conhecimento sociológico mais acessível e significativo para os estudantes (Brasil, 2006). Como aponta Souza (2017, p. 73), essas estratégias são essenciais para “tornar o conhecimento sociológico acessível aos estudantes do Ensino Médio”.

Além das metodologias, é fundamental considerar os marcos legais que orientam o trabalho docente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) estabelecem que todas as disciplinas da educação básica são responsáveis pela implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nesse contexto, cabe à Sociologia o compromisso de incorporar em seu currículo e práticas pedagógicas conteúdos e debates que enfrentem o racismo e valorizem as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros.

Mesmo com sua obrigatoriedade recente, a Sociologia vem se consolidando como campo fértil para a promoção do pensamento crítico e do debate sobre as relações étnico-raciais. Isso se deve, em parte, à própria tradição das Ciências Sociais, que historicamente têm produzido reflexões sobre a questão racial no Brasil. Contudo, como adverte Oliveira (2014), ainda enfrentamos uma lacuna significativa entre o conhecimento produzido na academia e sua transposição para o campo educacional. Os desafios que se colocam ao docente de Sociologia são, portanto, de ordem cognitiva e estrutural.

Do ponto de vista cognitivo, há a necessidade de revisitar e desconstruir saberes científicos consolidados, muitas vezes marcados por epistemologias eurocentradas, para produzir novas interpretações da realidade que valorizem os saberes e vivências dos povos negros. Esse processo exige “[...] superar as lacunas da formação inicial docente e incorporá-las como uma nova identidade profissional” (Oliveira, 2014, p. 85). Já do ponto de vista estrutural, Oliveira (2014) chama atenção para a precariedade das condições de trabalho docente,

como a ausência de investimento em formação continuada, falta de tempo para estudo e planejamento e pouca valorização institucional da temática, o que frequentemente resulta em ações pontuais e desarticuladas nas escolas.

Tais desafios também estão presentes na prática dos pesquisadores, como professores de Sociologia, ao lidar com o racismo estrutural presente no cotidiano escolar. A ausência de referências pedagógicas sistematizadas sobre o ensino de Sociologia dificulta ainda mais a construção de uma postura profissional que contemple uma prática antirracista (Oliveira, 2014, p. 86). Para o autor, o enfrentamento ao racismo e a legitimação da Sociologia como disciplina escolar constituem um duplo desafio: epistemológico e político.

Oliveira (2014, p. 95) sintetiza esse desafio em uma pergunta provocadora: "Refletir sobre o racismo pode nos apresentar uma sociologia para quem e para quê?" A resposta, segundo o autor, passa pelo reconhecimento do potencial transformador da disciplina e pela urgência de construirmos uma Sociologia voltada às realidades vividas pelos estudantes, especialmente os jovens negros da escola pública.

No entanto, o currículo ainda é marcado por uma lógica que valoriza um saber hegemônico, em detrimento das experiências vividas por sujeitos historicamente marginalizados. Como afirmam Mori e Amorim (2011, p. 107), "a escola e os processos de escolarização da sociedade nacional reproduzem processos de exclusão, pois não valorizam a diversidade étnica e sociocultural do seu meio". Para romper com essa lógica, é necessário construir um currículo que reconheça as diferenças e valorize os saberes ancestrais, como já orienta a legislação educacional brasileira (Mori; Amorim, 2011).

Com base nessas reflexões, compreendemos que a formação inicial dos docentes de Sociologia deve ser fortalecida, especialmente no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais. As experiências vivenciadas no Curso de Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais, principalmente no acompanhamento de bolsistas do Programa Residência Pedagógica em Ciências Sociais revelaram a urgência de proporcionar uma formação crítica e situada, que prepare os futuros professores para atuar de forma consciente frente ao racismo no cotidiano escolar.

Como destacam Cruz, Oliveira e Lins (2016, p. 52), não há uma "receita pedagógica" para o ensino antirracista em Sociologia, pois cada contexto demanda estratégias específicas. No entanto, a responsabilidade docente exige o

desenvolvimento de um conhecimento escolar em Sociologia comprometido com a justiça social e a equidade racial. Para os autores:

“[...] os processos de formação docente em Ciências Sociais, à luz desse novo cenário de emergência da discussão racial, podem tomar um rumo em que professores serão requisitados a adotar posição e ter como elemento formativo a competência de saber situar-se nas tensas relações conflituais e desiguais que caracterizam as discussões raciais no Brasil” (Cruz; Oliveira; Lins, 2016, p. 54).

Assim, a experiência de formação e a pesquisa participante realizada com os licenciandos de Ciências Sociais no âmbito da Residência Pedagógica buscou justamente contribuir para que os licenciandos desenvolvessem competências para construir um ensino de Sociologia antirracista, comprometido com a transformação da realidade social e com a valorização das identidades negras e seus saberes.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA ESCOLA

A intolerância religiosa é um fenômeno antigo, presente tanto na história do mundo quanto na trajetória do Brasil. No entanto, as formas como ela se manifesta variam conforme os contextos políticos, culturais e econômicos de cada sociedade ao longo do tempo. Segundo Nogueira (2020), trata-se de uma problemática que não pode ser dissociada de outras formas de opressão e exclusão social:

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica (Nogueira, 2020, p. 19).

Esse tipo de intolerância, especialmente direcionada às religiões de matriz africana, não pode ser compreendido isoladamente: está enraizado na própria

formação histórica e social do Brasil. Atualmente, o que se nomeia como intolerância religiosa é, na verdade, uma das expressões contemporâneas do processo de colonização, que deixou marcas profundas na construção de uma ideia ilusória de laicidade e democracia religiosa. O Brasil, enquanto sociedade ocidental colonizada, não foi fundado sobre princípios de liberdade religiosa. Ao contrário, desde a invasão portuguesa, a fé cristã foi utilizada como instrumento de dominação, conversão forçada e negação das cosmologias indígenas e africanas (Nogueira, 2020).

O cenário de intolerância e falta de reconhecimento das religiões de matriz africana estão presentes nas escolas. É possível perceber que o currículo eurocêntrico engessado, que foi e que é ensinado para os nossos estudantes, não contempla nossas verdadeiras origens, expondo apenas a imagem do colonizador. Dessa forma:

O colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto afirma o próprio imaginário [...] o eurocentrismo, portanto, não é a perspectiva cognitiva somente dos europeus, mas também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia (Oliveira, 2018, p. 47).

De forma incisiva, Oliveira e Candau (2010) destacam que o colonizador é responsável por destruir o imaginário do colonizado: foi o colonizador que invisibilizou e subalternizou o colonizado para garantir a sua própria reafirmação de colonizador, colocando em evidência o imaginário europeu à subalternização epistêmica do outro não europeu e à própria negação e esquecimento de processos históricos não europeus. Assim:

Essa operação se realizou de várias formas, como a sedução pela cultura colonialista, o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura, estimulando forte aspiração à cultura europeia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva somente dos europeus, mas torna-se também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia (Oliveira; Candau, 2010, p. 19).

No que diz respeito ao ensino de História e Cultura e Afro-Brasileira e Africana, fomos educados sob tal perspectiva hegemônica. Conceitos, narrativas, o conteúdo prescrito nos currículos de nossas instituições de ensino, um padrão estabelecido a ser seguido, os saberes, enfim o “homem branco europeu” e os seus conhecimentos operaram “[...] a inferiorização de grupos humanos

não-europeus, do ponto de vista da produção da divisão racial do trabalho, do salário, da produção cultural e dos conhecimentos” (Oliveira; Candau, 2010, p. 20).

Esse processo histórico de negação e silenciamento produziu efeitos duradouros nas instituições sociais, especialmente na escola, onde o currículo eurocentrado se impôs como único referencial legítimo. É possível perceber que os conteúdos ensinados nas escolas, ainda hoje, não contemplam a pluralidade cultural e religiosa brasileira, reiterando imagens estereotipadas e invisibilizando saberes ancestrais.

As religiões de matriz africana, por exemplo, seguem sendo alvo de estigmatização, marcadas por discursos de demonização, associadas a práticas negativas ou ocultadas do currículo. O racismo religioso, nesse contexto, manifesta-se tanto na omissão quanto na reprodução de preconceitos por parte de educadores, materiais didáticos e políticas educacionais. Reconhecer essa realidade é essencial para uma prática pedagógica comprometida com a Lei nº 10.639/2003 e com a promoção de uma educação que valorize as identidades negras, os saberes de matriz africana e combata toda forma de discriminação.

Segundo Amorim (2024), é possível pensarmos em estratégias de enfrentamento do racismo religioso, segundo a autora, uma estratégia é levar a discussão acerca da diversidade religiosa para diferentes grupos e núcleos de pesquisas, coletivos, assessorias ou até mesmo diretorias responsáveis pela discussão racial nas instituições. Ressaltamos a importância da formação inicial e continuada para professores de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que:

A escola é o locus por excelência para esclarecer e reconhecer pontos obscuros da história, pois é o primeiro contato com uma instituição social fora da família, e pode e deve ser o primeiro espaço social de percepção e enfrentamento ao racismo (Freitas; Amorim, 2024, p. 359).

No âmbito escolar, as aulas de Sociologia no ensino médio é uma importante ferramenta pedagógica de combate às questões ligadas ao racismo religioso. A formação política dos estudantes da educação básica, que está no cerne da constituição da Sociologia como disciplina/ciência, permite desenvolver um campo de debate a desvelar estruturas e práticas sociais baseada na ideologia colonizadora que fundamentam o racismo religioso, como também promover o conhecimento crítico sobre a diversidade cultural e religiosa presente

na sociedade brasileira; além da Sociologia, em sua perspectiva pedagógica, poder ser forte aliado a efetividade da Lei nº 10.639/2003

O desenvolvimento de práticas escolares no campo da Sociologia pode contribuir, em potencialidade, com a ruptura da invisibilidade histórica e social que impacta as religiões afro-brasileiras. Amorim e Oliveira (2020) apontam que “[...] a ausência da produção acadêmica alimenta a invisibilidade e o preconceito racial, assim como revela o racismo estrutural que atinge também os interesses acadêmicos pelo tema dos estudos afro-brasileiros” (p. 49); cabe aqui um paralelo em similaridade pensar que a Sociologia é um campo fértil e criativo para desenvolver práticas escolares a fomentar estudos neste campo, e, igualmente, promover uma práxis que rompa com a invisibilidade e estigmatização das religiões afro-brasileiras, trazendo a riqueza que constitui os saberes ligados à religiosidades ancestrais.

Nesse sentido, é fundamental que a escola, junto à sociedade, assuma o compromisso de enfrentar o racismo religioso de forma ampla e articulada. A superação do silenciamento e da estigmatização das religiões de matriz africana exige o envolvimento de diferentes setores sociais, como as famílias, os meios de comunicação, as instituições de ensino, os movimentos sociais na valorização da diversidade religiosa e na promoção de uma cultura de respeito, equidade e justiça.

RELATO E ANÁLISE DA VISITA AO TERREIRO

A visita de campo ocorreu no dia 08 de junho de 2019, na Comunidade Tradicional de Matriz Africana denominada Terreiro de Pai Sandro de Jagun. Chegamos ao local por volta das 8h30min, em um grupo formado por 23 cursistas (dentre eles, os quatro residentes pedagógicos do curso de Ciências Sociais), duas professoras doutoras coordenadoras do curso e três mestrandas. Fomos calorosamente acolhidos por Pai Sandro e pelos demais membros da casa. O café da manhã compartilhado foi preparado tanto por nós quanto pela comunidade e proporcionou um primeiro momento de interação respeitosa e afetiva.

Imagem 1– Entrada do Terreiro de Pai Sandro de Jagun



Fonte: Acervo dos autores (2019).

O acolhimento caloroso contrasta com os estigmas historicamente construídos em torno das religiões de matriz africana. A fala de Pai Sandro, logo no início da visita, reafirmou a abertura ao diálogo e o respeito à diversidade religiosa: “nós estamos abertos para todo e qualquer diálogo, recebemos todos em nossa casa”. Esse posicionamento foi essencial para desconstruir imaginários negativos, inclusive no que diz respeito a aspectos simbólicos como a vestimenta, que haviam sido motivo de preocupação.

Pensar os terreiros como territórios com similaridades aos quilombos implica reconhecê-los como espaços que valorizam e respeitam modos de vida centrados na coletividade e na reciprocidade, conforme destaca Bispo (2021). Inseridos nesse contexto, a receptividade e as explicações oferecidas ao longo da visita favoreceram a quebra de preconceitos, promovendo uma vivência que possibilitou aos cursistas uma aproximação real com a espiritualidade afro-brasileira, muitas vezes estigmatizada socialmente.

Munanga (2015, p. 67) destaca que “[...] os terreiros de candomblé, são espaços de reterritorialização da cultura africana, onde o sagrado [...]” é cultuado, sendo um local de transmissão de saberes e práticas baseadas na ancestralidade. Portanto, os terreiros, organizam espaços que se constituem como símbolos vivos da continuidade histórica e cultural dos povos ancestrais africanos no Brasil.

Durante a visita, Pai Sandro apresentou as práticas e fundamentos das religiões ali cultuadas: Umbanda e Candomblé. Com profundidade e sensibilidade, explicou os significados dos elementos religiosos, como os guardiões Exu e Ogum na entrada do terreiro, a saudação “Agó” como pedido de licença para adentrar um território sagrado, o uso das palhas de coqueiro como indumentária sagrada de Ogum (Mariwo), e os rituais com búzios para identificação do Odu de nascimento.

Na Umbanda, nos foi explicado o papel das entidades, os sete Orixás cultuados e o processo de incorporação. Já no Candomblé, com predominância da cor branca e ambiente sereno, os rituais se iniciam com o jogo de búzios, utilizado para revelar o Orixá de cabeça e as energias da pessoa. Pai Sandro também compartilhou sua trajetória até se tornar Babalorixá, relatando como seu adoecimento espiritual o levou à iniciação no Candomblé, processo que exigiu rompimento com preconceitos que ele mesmo havia internalizado.

Conhecemos ainda os diversos espaços do terreiro, como os quartos dos Orixás, locais de banhos rituais, cozinha ritualística e o salão de culto. A visita foi concluída com um ritual de Xirê, no qual cantigas foram entoadas para os 16 Orixás. O movimento e a circularidade são fundamentos muito presentes nos terreiros, e essa forma de organizar seus modos de vida e saberes dessas comunidades rompe com a lógica colonial que é linear; e, de forma extraordinária, participar da roda ritual, a convite da comunidade, foi uma vivência rica e simbólica.

As reações dos cursistas durante a visita oscilaram entre curiosidade e certo receio. A maioria demonstrou abertura e interesse, fazendo perguntas, observando atentamente os rituais e elementos simbólicos, e dialogando com os membros da casa. Outros, porém, se mostraram mais retraídos, mantendo certa distância dos rituais e do próprio Pai Sandro, o que revela como o racismo religioso ainda opera de forma subjetiva, mesmo em espaços formativos.

A experiência de participar de um ritual de Xirê, ao final da visita, evidenciou essa dualidade: enquanto alguns cursistas se emocionaram e aceitaram o convite para dançar na roda, outros preferiram não se envolver diretamente. Essas reações foram importantes para refletirmos sobre as barreiras individuais que ainda precisam ser enfrentadas em contextos educacionais e formativos.

A visita ao terreiro constituiu uma experiência formativa potente para a construção de uma prática docente antirracista e comprometida com a efetivação da Lei nº 10.639/2003. Os terreiros representam formas de resistência social e política que não apenas confrontam as estruturas de dominação, mas também reconhecem, constroem e valorizam outras cosmologias e outros modos de viver. Munanga (2015, p. 75) afirma que “nos terreiros [...] a memória africana é não só conservada, mas atualizada em práticas sociais, educativas e religiosas que reafirmam uma identidade negra positiva e combatem o racismo epistemológico”. Por conseguinte, os terreiros são espaços sagrados e educativos, fundamentais para o fortalecimento das comunidades afro-brasileiras e da luta antirracista no país.

A vivência permitiu um contato direto com saberes que raramente são valorizados no espaço escolar, favorecendo a desconstrução de estereótipos e a valorização da diversidade religiosa brasileira. A escuta atenta, o respeito aos símbolos e rituais, bem como a contextualização histórica e espiritual das práticas religiosas, foram essenciais para ampliar a compreensão dos futuros professores de Sociologia sobre as religiões de matriz africana. A visita também se constituiu como uma oportunidade para refletir sobre como práticas pedagógicas podem, por vezes, reproduzir exclusões e como é possível construir um ensino que reconheça os saberes invisibilizados e legitime a presença dos estudantes negros nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência formativa analisada neste artigo evidencia o potencial transformador de práticas pedagógicas que promovem o encontro direto com saberes historicamente marginalizados, como os presentes nas religiões de matriz africana. A visita ao terreiro se constituiu como uma ação pedagógica antirracista, capaz de desconstruir preconceitos, ampliar repertórios culturais e formar professores de Sociologia mais comprometidos com a diversidade e com o enfrentamento ao racismo religioso no ambiente escolar. A escuta sensível, o respeito aos rituais e a imersão nos modos de vida compartilhados naquele território sagrado possibilitaram aos cursistas uma vivência que tensiona a lógica curricular eurocentrada.

Ao promover o contato com uma comunidade tradicional de matriz africana, o curso de formação abordou de maneira concreta os desafios da implementação da Lei nº 10.639/2003, ao mesmo tempo em que potencializou o papel da Sociologia como campo crítico e politicamente engajado na luta por uma educação plural e equitativa para os residentes pedagógicos. A análise do percurso formativo demonstra que ações como essa contribuem significativamente para o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas, pois tornam visíveis as epistemologias negras, os saberes ancestrais e os processos de resistência que, mesmo diante da intolerância e do silenciamento histórico, seguem vivos e pulsantes nos terreiros.

Diante disso, reafirmamos a importância de que a formação inicial e continuada de professores inclua experiências que articulem teoria e prática, relacione o contexto escolar com a comunidade, e o conhecimento acadêmico com os saberes tradicionais. Envolver futuros docentes em vivências como essa amplia o horizonte da formação, deslocando-os do lugar de meros transmissores de conteúdos e aproximando-os do papel de agentes críticos e sensíveis às lutas por reconhecimento, dignidade e equidade racial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cleyde Rodrigues; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Identidade religiosa e visibilidade social do Candomblé. identidade!*, São Leopoldo, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/3935>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BISPO, Antônio. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei 11.684 de 2 de junho de 2008: Altera o art. 36 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. *Diário Oficial da União*. DF, 03 jun.2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.645 de 10 de março de 2008(a). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília,

DF, 11 mar. de 2008, p. 1. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.
Acesso em: 04 mai. 2024.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, DF: SECAD; SEPPPIR, 2009.

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

AMORIM, Cleyde Rodrigues. *Visibilidade e reconhecimento sociopolítico: O povo de axé nas pós-graduações*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.54. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10786>. Acesso em: 20 mai. 2025.

CRUZ, Eliane Almeida de Souza; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Mônica Regina Ferreira. Ensino de Sociologia Antirracista: reflexões sobre formação docente. *Inter-Legere*, Natal, nº 18, 2016.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos avançados*, v. 32. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/152508>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora SA, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico Ocidental*. Abril: São Paulo, 1973.

MORI, Verônica. Yurika; AMORIM, Cleyde Rodrigues. *Contra o Eurocentrismo: Possibilidades de Valorização da Diversidade Étnica e Sócio-Cultural no Contexto Escolar*. Cadernos do LEME, Campina Grande, v. 3, n 1, 2011. Disponível em: <http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/view/34>. Acesso: 25 mai. 2025.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2015.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2020 (feminismos plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. *Educação Antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia*. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n.1, abr. 2010.

RÊSES, Erlando da Silva. Representações sociais dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3401>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Revista Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1844>. Acesso em: 05 dez. 2019.

SOUZA, Erivelto Santiago. *Processos educativos em práticas docentes de sociologia: perspectivas para a educação das relações étnico-raciais no ensino médio*. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.